

INTÉRPRETE DE LIBRAS EM SALAS REGULARES: UMA LUTA NA EDUCAÇÃO DOS SURDOS.

Aldijane Jales Carneiro e Silva¹

Marlla Suéllen de Melo Dantas²

Pedro Luiz dos Santos Filho³

Resumo: Este trabalho tem por finalidade descrever o processo de evolução da educação dos surdos no Estado do Rio Grande do Norte, extraindo como amostra a cidade do Natal e procurando atentar para as políticas educacionais implantadas no país. Objetiva também fazer um levantamento das principais escolas que atendem os surdos no município, dentre elas a Escola Estadual Anísio Teixeira e a Escola Estadual Augusto Severo, dando ênfase aos profissionais intérpretes e aos professores sem formação em LIBRAS. Esse trabalho, iniciado no ano de 2010, tenta analisar o que essas escolas entendem por educação inclusiva e o que estas vêm tentando mudar no sentido de atender aos alunos surdos, quais suas dificuldades diante dessa realidade. A presença do intérprete de Libras em sala de aula é imprescindível e este foi um dos principais problemas observados na pesquisa realizada nas escolas em 2010, visto que os intérpretes não contemplavam todos os turnos e salas devido à escassez destes no mercado. Objetivando fazer um levantamento do número de surdos nas escolas citadas e de seus respectivos intérpretes para cada turno e nível educacional, o trabalho contempla a investigação da formação dos intérpretes contratados e da posição da instituição em relação ao Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005 no capítulo III Art. 4º, que discorre sobre a formação do Professor e Instrutor de LIBRAS.

Palavras-chaves: Educação de surdos, o papel do profissional intérprete, política educacional para surdos.

Introdução

O histórico da educação no Brasil sempre foi permeado por conflitos e desigualdades, tendo em vista o próprio processo de constituição do Estado Nacional, no qual foi organizado de forma excludente. A educação se destinava aos filhos da elite, que tinham como objetivo dar continuidade ao poder das então oligarquias. A maioria da população, a grande massa, não tinha acesso à educação e esta só começou a ser pensada para a grande maioria no momento em que o país estava se industrializando, logo, o povo precisava se qualificar para o trabalho mecânico, já que o labor intelectual destinava-se tão somente aos filhos da elite, restando a

¹ A autora é Gestora em Recursos Humanos pela Universidade Anhanguera - UNIDERP, concluindo a graduação em Ciências Sociais habilitação em Licenciatura Plena pela Universidade Federal do Rio Grande do Norte e monitora da disciplina de libras da referida Universidade.

² A co-autora é Graduanda em Ciências Sociais com habilitação em Licenciatura Plena.

³ O co-autor é Fonoaudiólogo pela UNIPE, Profº efetivo da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Especialista em Língua Brasileira de Sinais - LATO SENSU, Proficiente no Ensino da Libras de nível superior e médio
Tradutor-Intérprete da Libras.

maioria uma educação voltada à servidão. Falava-se em propostas para a educação, mas tais propostas nunca eram concretizadas, nunca saíam do papel. O contexto atual brasileiro, o qual não se distingue tanto do passado, exclui muitos indivíduos de seus direitos, principalmente as minorias estigmatizadas da sociedade, a exemplos dos surdos, objeto da pesquisa em questão. A história da educação dos surdos começa com muita repressão, assim como começa a história dos diversos tipos de minorias que conhecemos nas mais variadas sociedades. Os surdos, a princípio, eram considerados impuros, loucos e impossíveis de educar. E como acontece na maioria das culturas, há uma tendência forte a excluir àqueles que fogem ao padrão dito **normal**.

Metodologia da pesquisa

A metodologia adotada para o trabalho foi a de pesquisa de campo e bibliográfica, delineada a partir das interpretações das narrativas das produções existente sobre a temática dos Surdos. Sendo assim, foi a partir do procedimento de levante bibliográfico e da realização de entrevistas direcionadas que a pesquisa se configurou. Dentre os estudos bibliográficos que auxiliaram as discussões teóricas, destacamos: GOLDFELD(2002), SÁ(1999) , SILVA(2000), dentre outros.

Desenvolvimento

A autora Nídia Regina Limeira de Sá (1999) faz uma breve retrospectiva de como se deu a trajetória da pedagogia para surdos. Segundo ela as primeiras tentativas de educar os surdos se deu no século XVI com o matemático, médico e astrólogo Girolamo Cardano (1501-1578), o qual abole o conceito de que o surdo não pode ser ensinado.

A partir desse evento, até os dias atuais, a educação desses sujeitos esteve atrelada a três filosofias educacionais (Oralismo, Comunicação Total e Bilinguismo), que é imprescindível abordar quando se trata em educação para surdos.

O Oralismo surge como corrente filosófica educacional em 1880, no Congresso Internacional de Educadores de Surdos em Milão, onde foi discutido e colocado em votação, sem a participação dos professores surdos, que foram excluídos do pleito, qual seria o melhor método a ser utilizado para educar esses sujeitos, recomendando-se o aniquilamento da Língua de Sinais das escolas⁴. (GOLDFELD, 2002)

A filosofia oralista consiste na integração do indivíduo surdo à comunidade ouvinte, porém esta corrente abole qualquer tipo de comunicação gestual, considerando que esse meio

⁴ As línguas de Sinais são línguas naturais, que utilizam o canal visuo-manual, criadas por comunidades surdas através de gerações. Estas línguas, sendo diferentes em cada comunidades, têm estruturas gramaticais próprias, independentes das línguas orais dos países em que são utilizadas.(GOLDFELD ,2002, p.13).

atrapalha o desenvolvimento da criança surda, tirando-o do foco da fala. Os defensores do Oralismo dizem que os gestos bloqueiam o desenvolvimento do aluno surdo, visto que, esta filosofia preza por uma diminuição gradativa da “deficiência” através da estimulação auditiva, com o objetivo de fazer uma “reabilitação” do surdo ao padrão de “normalidade”, o qual é tido como modelo o ouvinte. (SÁ, 1999, grifos nossos)

Para alcançar seus objetivos, a filosofia oralista utiliza diversas metodologias de oralização: verbo-tonal, audiofonatória, aural, acupédico etc. Essas metodologias se baseiam em pressupostos teóricos diferentes e possuem, em alguns aspectos, práticas diferentes (GOLDFELD, 2002, P.34).

Esta filosofia passa a ser utilizada na educação dos surdos por um considerável período, porém ela é responsável por um enorme descontentamento entre esses sujeitos, visto que, como revela Sá (1999), ao longo da história dessa corrente, os surdos foram retroagindo no âmbito educacional, devido às dificuldades impostas pela referida filosofia. Segundo Márcia Goldfeld, “A filosofia oralista limita-se a exigir do surdo que ele oralize. A língua oral é seu objetivo máximo, que está acima da escolarização e das relações sociais” (GOLDFELD, 2002, p.100).

Em resposta ao Oralismo surge a Comunicação Total que como o próprio nome sugere é um método que consiste em utilizar as mais variadas formas de recursos linguísticos, seja a língua de sinais, os códigos manuais, a linguagem oralizada, enfim qualquer forma de comunicação é válida dentro dessa corrente. Porém, GOLDFELD (2002, p.40) afirma que esta filosofia privilegia a comunicação e a interação e não apenas a língua, ou línguas, tendo como principal preocupação a interação de surdos com ouvintes e de surdos com surdos. A filosofia Oralista, ainda segundo a autora, valoriza a família do surdo o que, segundo ela, isso é o ponto que a diferencia das outras filosofias educacionais em relação ao sujeito surdo.

Entretanto, há autores que discordam em ter a Comunicação Total como filosofia educacional, a exemplo de BEHARES (1993) E BRITO (1993) citados por SÁ (1999), que diz ser um método ineficaz devido à utilização do português sinalizado, o qual consiste em um sistema de linguagem artificial, para ficar ao molde mais aproximado da língua majoritária, ou seja, uma adaptação para aproximar a Libras ao português padronizado, sendo, por isso, chamada de bimodalismo pelos seus críticos.

Ao contrário do Oralismo e da Comunicação Total, o Bilinguismo assume a língua de sinais como língua natural e materna do surdo. Esta filosofia educacional entende que o surdo não precisa ser semelhante ao ouvinte, podendo ele ser bilíngue, o que consiste em dizer que estes indivíduos podem adquirir a língua de sinais e a língua de seu país como segunda língua.

O principal conceito dessa modalidade filosófica educacional está em aceitar a comunidade surda com cultura e língua própria, não sendo necessário o surdo aproximar-se ao grau de “normalização” tendo como referência o ouvinte. Este tipo de filosofia respeita as diferenças dos surdos, dando ênfase também a oralização, porém não como único objetivo educacional a ser atingido pelo sujeito com “deficiência”. (grifos nossos)

A filosofia Bilíngue defende “que a criança surda deve adquirir a língua de sinais e a modalidade oral da língua de seu país, sendo que ela deve ser alfabetizada posteriormente na língua oficial de seu país” GOLDFELD (2002).

No estado do Rio Grande do Norte a educação para surdos iniciou-se nos fins dos anos 50 na Sociedade Professor Heitor Carrilho, que a priori tinha como função assistir os egressos dos hospitais psiquiátricos. Essa instituição foi fundamental no Estado do RN. Até 1970 muitas outras foram implantadas no Estado, “quando, finalmente, acontece a inclusão da educação de pessoas portadoras de deficiência na política educacional norte-rio-grandense, em cumprimento ao Artigo 9º da Lei 5.692/71 (Lei de Diretrizes e Bases).” Na década de 70 houve a primeira experiência em classes especiais, para educação dos surdos, através da Secretaria da Educação e Cultura – SEC/RN. Ainda na década de 70 são criadas outras instituições a fim de definir uma política de educação especial para o Estado. Podemos citar a Comissão Estadual de Educação Especial e o Núcleo Estadual de Educação Especial como referências em educação especial, implantando as classes especiais nas escolas. Não podemos deixar de citar o Sistema Universal Vobotonal de Audição Guberina - SUVAG, criado por um grupo de pais, que foi um importante centro para o atendimento aos surdos no Estado. O referido centro utilizava o método verbotonal, o qual proibia uso de sinais ou gestos, com o objetivo de oralizar o surdo. Algumas professoras do Centro, contrárias a filosofia oralista do SUVAG, davam aulas de portas fechadas para que ninguém as visse lecionando com gestos. O método oralista não era suficiente para que os alunos surdos aprendessem, visto que muitos chegavam ali sem nunca terem frequentado uma sala de aula. (SILVA, 2000).

De acordo com Silva (2000), “No ano de 1985, quatorze anos após o início do atendimento aos portadores de deficiência no Estado, o Conselho Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte, regulamenta a educação especial, através da resolução 03/85 (Ubarana, 1993)”. Dessa forma, o atendimento aos surdos no Estado foi se ampliando cada vez mais. A partir dos anos 90 surgem os primeiros cursos de Língua de Sinais pela Secretaria de Educação, Cultura e Desportos do Rio Grande do Norte - SECD/RN, sendo então utilizados como forma de comunicação com o surdo. Nessa mesma década fortalecem-se as iniciativas de integrar o surdo em classes comuns, ocorrendo nas Escolas Estaduais Calazans Pinheiro e

Augusto Severo. Tal iniciativa passou a ocorrer também no interior do Estado. As dificuldades expressas estavam na falta de capacitação de professores, problema constatado em nossa pesquisa, e no diálogo entre família, aluno e escola.

Na atualidade, a comunidade surda sofre com o descumprimento das Leis que visam uma educação voltada para o sujeito surdo. Conforme sucinta o DECRETO Nº 5.626, DE 22 DE DEZEMBRO DE 2005, em seu Art. 14:

As instituições federais de ensino devem garantir, obrigatoriamente, às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação nos processos seletivos, nas atividades e nos conteúdos curriculares desenvolvidos em todos os níveis, etapas e modalidades de educação, desde a educação infantil até à superior. (DECRETO Nº 5.625,2005 *in* http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20042006/2005/decreto/d5626.htm).

A real inclusão do surdo em âmbito educacional se dá através de professores bilíngues para as séries iniciais com curso de Pedagogia ou curso normal superior, em que Libras e Língua Portuguesa escrita tenham constituído línguas de instrução e intérpretes com nível superior de Tradução e Interpretação, com habilitação em Libras - Língua Portuguesa. (DECRETO Nº 5.625, 2005).

O profissional intérprete deve dominar a língua portuguesa, no caso do Brasil, e a língua de sinais, atentando para uma série de normas que este necessita seguir para atender ao público surdo. Este profissional, além de ter domínio das línguas envolvidas no processo de tradução e interpretação, necessita ter qualificação específica, o que significa dizer que ele precisa ter domínio dos processos, dos modelos, das estratégias e técnicas de tradução e interpretação. É imprescindível ao tradutor ter formação específica na área de sua atuação, principalmente no âmbito educacional, já que este irá trabalhar com processo educativo. (SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL, 2004. Disponível em [:http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf](http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/tradutorlibras.pdf)).

Resultados da pesquisa

A pesquisa realizada nas Escolas Estaduais Anísio Teixeira (30 surdos) e Augusto Severo (15 surdos) se deu com aplicação de questionários, objetivando diagnosticar a atual situação da educação dos surdos na Cidade do Natal. Vale salientar que optamos pelas referidas escolas pelo fato de estas serem as que mais recebem surdos em seu quadro discente, que são consideradas como “referência” para os surdos ao longo de suas trajetórias escolares. Foi evidenciado em ambas as escolas a ausência de profissionais intérpretes em sala de aula.

Dessa forma não foi possível analisar sua formação e atuação em sala.

Durante a entrevista a diretora do Anísio Teixeira, revelou que a escola tem apenas um professor intérprete voluntário no turno matutino, mas que segundo alguns professores “este aparece na escola quando quer”, já que não está sendo remunerado como intérprete. Na Escola Estadual Augusto Severo foi possível observar que existe uma sala de recurso, com professoras qualificadas em suas disciplinas de formação e **com conhecimento** em Libras, porém elas revelaram não ter aprofundamento na Língua de Sinais, estando nessa sala para dar apoio aos surdos. Logo, optamos por desconsiderar, já que nossa pesquisa visa o cumprimento do Decreto 5.625/ 2005, que diz ser direito do Surdo ser incluso no sistema regular de ensino com intérpretes de Libras em sala de aula. Foi possível observar que ambas as escolas ainda possuem resquícios da educação Oralista, pois na fala de seus gestores e coordenadores os surdos mais inteligentes são aqueles que conseguem oralizar, estigmatizando os não oralizados como sendo incapacitados.

Os problemas mencionados nas escolas apontam para o descaso com a educação dos surdos, principalmente, pela falta de incentivo da Secretaria de Educação do Estado do RN, que não se compromete em cumprir o que está disposto em Lei. A vice-diretora da E. E. Anísio Teixeira afirmou que no início do ano letivo de 2012 fez a solicitação para intérprete de Libras na Secretaria de Educação, mas não enviaram. Segundo ela nenhuma escola possui intérprete de Libras.

As duas escolas analisadas apresentaram salas de recursos, onde os alunos surdos as utilizam para dirimirem suas dúvidas. Na Escola Estadual Augusto Severo encontramos um resquício do que era oferecido aos surdos quando estes eram atendidos em salas especiais, com professores de disciplinas variadas, no qual estes tinham pouca experiência em língua de sinais e que ajudavam os surdos em trabalhos e provas das mais variadas disciplinas. Eles relataram: “quando é da área da gente, a gente resolve, mas quando vem atividades de química, física, fica mais difícil de nós passarmos para os surdos, a gente acaba fazendo a atividade para eles, eles não sabem de nada”. (Relato de uma professora da sala de recursos).

Tendo em vista a ausência do intérprete em sala de aula, entrevistamos alguns professores a fim de sabermos como eles trabalham com as turmas com alunos surdos. As opiniões foram variadas, mas a maioria foi unânime em afirmar que enquanto as leis não forem cumpridas, a educação não contemplará a todos. Os professores sem formação em Libras se mostraram interessados em aprender a língua, mas relataram ser impossível devido a falta de tempo e horário dos cursos oferecidos, que sempre aconteciam em horário de trabalho e, “quando estes são oferecidos”, ou seja, a fala do professor demonstra seu descontentamento com o descaso à

formação continuada dos profissionais da educação. Quando perguntado sobre como ministra aula para uma turma com surdo, um professor disse: "Não ministro aula para eles (os surdos). Dentro do meu contexto dou aula para os **normais**". A maioria dos professores relatou não utilizar recursos que faça uma aula atrativa ao aluno surdo, devido ao próprio despreparo para trabalharem com esses sujeitos.

Reflexões Finais

A educação oferecida aos surdos na atualidade corrobora com a ideia de que o padrão dito normal é referência, já que a "inclusão" oferecida a esses sujeitos evidenciou-se ocorrer apenas em espaço físico, onde alunos surdos estão nas mesmas salas dos ouvintes, principalmente, nas escolas pesquisadas, já que estes não estão tendo seus direitos garantidos quando se refere a professores bilíngues e intérpretes de Libras em salas regulares, o que no mínimo deveria estar sendo seguido.

Em geral, a educação mostra-se deficitária e da forma que está sendo construída e trabalhada faz-nos refletir que nossos filhos estarão sendo adestrados para uma sociedade articulada aos moldes de benefício de poucos. Pensar na melhor forma de educação para sujeitos taxados de inferiores aos moldes dos falados normais faz-nos pensar que a educação feita para os proferidos normais seja de referência, o que de fato não é verdade. É preciso pensar o processo educativo como um todo, voltado para uma educação libertária, para a emancipação dos sujeitos, com seus mais variados tipos de diferenças.

Referências

DECRETO LEI N° 5626/2005 Disponível em:<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm>. Acesso em: 26 Jun 2012.

FREIRE, Paulo: **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GOLDFELD, Márcia: **A criança surda: linguagem e cognição numa perspectiva sociointeracionista**/ Márcia Goldfeld. – 2ª ed. – São Paulo: Plexus Editora, 2002.

SÁ, Nídia Regina Limeira de. **Educação de surdos: a caminho do bilingüismo**/ Nídia Regina Limeira de Sá. – Niterói: EdUFF, 1999.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO ESPECIAL; Programa Nacional de Apoio à Educação de Surdos. **O tradutor e intérprete de língua brasileira de sinais e língua portuguesa**, Brasília, 2004. 94 p. Disponível em: site< WWW> .Acesso em: 26 jun 2012.

SILVA, Luisa de Marilac de Castro. **Educação de Surdos: evolução histórica no Rio Grande do Norte**. Monografia (Licenciatura em Pedagogia) Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2000.